

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0045457/2024-05

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Sul**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO REQUERIMENTO INTERVENÇÃO AMBIENTAL	DE DE	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP.		2100.01.0045457/2024-05	NAR de Poços de Caldas
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
Nome: Rafael Tonon Lobo		CPF/CNPJ: 310.880.008-60	
Endereço: Rua Culto à Ciência, n.º 343, apto. 126		Bairro: Botafogo	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13020-060	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
Nome: Rafael Tonon Lobo		CPF/CNPJ: 310.880.008-60	
Endereço: Rua Culto à Ciência, n.º 343, apto. 126		Bairro: Botafogo	
Município: Campinas	UF: SP	CEP: 13020-060	
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			
Denominação: Sítio São José		Área Total (ha): 12,9492	
Registro nº 17.359 Livro: 2-BU Folha: 255 Comarca: Andradas- MG		Município/UF: Andradas/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3102605-DD77.3A2B.1132.4C68.8A1E.6DD1.1F47.0C31			

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA				
Tipo de Intervenção			Quantidade	Un
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP			0,018	Hectares
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)	
Desassoreamento		Desassoreamento do Córrego do Angola	0,018	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica	0,018	Área antropizada	Não se aplica	0,018
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade		Unidade
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica		Não se aplica
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				
Pedro Martucci do Couto - MASP: 1.202.028-5 Data da Vistoria: 03/07/2025				
9. VALIDADE				
Data de Emissão: 01/08/2025 Validade: 3 (três) anos.		Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	Sirgas 2000	23K	348062 m E	7555273 m S
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)				

Medidas Mitigadoras:

Alguns impactos ambientais podem acontecer devido a atividade de desassoreamento do rio e afetar o ecossistema local. Pois, a presença de sedimentos nas margens e no leito podem afetar a qualidade da água, impedir a passagem de luz solar e consequentemente reduzir a disponibilidade de oxigênio dissolvido, acarretando a morte de peixes e outros organismos vivos. Além do mais, o assoreamento reduz a capacidade de escoamento de água, aumentando o risco de enchentes e inundações nas áreas próximas. Foi analisado alguns impactos ambientais: poluição sonora, aumento da velocidade, diminuição da turbidez, disposição de sedimentos em APP. E as medidas mediadoras e compensatórias para esses impactos são: Retroescavadeira será operada, apenas, em horário comercial; realização das atividades em período de seca, para mitigar o efeito de transporte de material sólido; e plantio de árvores na área de preservação permanente, para agregação dos sedimentos.

Medidas Compensatórias:

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado no documento 103061140 com plantio de 20 mudas e espaçamento 3x3m entre as plantas. A proposta de recuperação se encontra fora da área de recuperação obrigatória de APP do imóvel que é de 5m da margem do afluente do Córrego do Angola, no mesmo imóvel que ocorreu intervenção, o local de plantio vai ser de 180 m² e tem como referência as coordenadas UTM 348078m E e 7555449m S e 348086m E e 7555456m S.

12. OBSERVAÇÃO**Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo com plantio de 20 mudas	Início a partir de novembro de 2025
2	Apresentar relatório de cumprimento das Medidas Compensatórias, incluindo anexo fotográfico	3 anos
3	Não armazenar/manter estacionados máquinas, equipamentos, óleos e graxas nas APPS;	Durante a operação da atividade
4	Zelar pela proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.	Durante a operação da atividade
5	Formalizar processo de adesão ao PRA, via SEI, para Assinatura do Termo de Adesão conforme orientações no link: http://www.ief.mg.gov.br/regularizacaoambiental-de-imoveis-rurais/-programa-de-regularizacao-ambiental-pra	90 dias após a emissão da autorização

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Supervisor(a)**, em 01/08/2025, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119559555** e o código CRC **7B50CD01**.
